



MÍRIAM LEITÃO

## A grande chance

• Um detalhe permitirá uma revolução. Dentro da reforma que está no Congresso há um dispositivo que tornará possível a mudança de regime da Previdência, pública e privada. Os trabalhadores terão contas individuais e receberão o que tiverem contribuído. As negociações com o FMI serão retomadas na sexta-feira ou no sábado. E o acordo será fechado tão logo o novo Orçamento estiver no Congresso e a reforma da Previdência estiver aprovada.

O Governo anunciou ontem seu ajuste fiscal. Ele é mais forte do que parece porque parte de uma enorme frustração de receita. A queda do PIB no ano que vem produzirá uma diminuição da arrecadação de tal ordem que se nada fosse feito o país teria um déficit de R\$ 11,6 bilhões. Com estas medidas haverá um superávit de R\$ 16,4 bilhões. Só em 99 o esforço fiscal será de R\$ 28 bilhões.

A estratégia do Governo para enfrentar a crise foi ter uma série de medidas imediatas, e um conjunto de mudanças estruturais.

Não há medida simpática. Mas algumas evidentemente são justas.

Não há como negar que existe hoje uma diferença gritante de tratamento entre o trabalhador do setor público e o trabalhador do setor privado quando se aposentam. Os números são tão avassaladores que não dá para discutir.

A mais relevante das mudanças é que será alterado o regime da previdência de benefício definido para contribuição definida no setor privado. Um projeto de lei está pronto e irá ao Congresso assim que acabar de ser aprovada a reforma da Previdência.

Este projeto, ao qual esta coluna teve acesso, vai regulamentar a reforma tendo como base um princípio que está incluído na mesma reforma e que não será mudado, porque não foi objeto de qualquer destaque: o de que a Previdência seja atuarialmente e financeiramente equilibrada. Isto abrirá o espaço para a criação das contas individuais num sistema ao mesmo tempo simples e complexo.

Está sendo estudada a fórmula para se contabilizar o que já foi pago pelo trabalhador, tomando o cuidado de evitar qualquer discussão sobre correções nas passagens dos planos econômicos.

A idéia será adaptada a cada um dos regimes, o do setor público, e o do privado, porque legalmente eles não podem ser equiparados.

Em princípio o trabalhador poderá se aposentar quando quiser, mas o que ele vai receber será equivalente ao que contribuiu. Se ele quiser receber mais do que permite suas contribuições, terá que aumentá-las ou se aposentar mais tarde.

A contribuição previdenciária do setor privado será feita no futuro integralmente pelo empregado. Para isto ele receberá um aumento salarial de 20% — equivalente à atual contribuição do empregador. Este aumento será integralmente usado para capitalizar sua conta.

O novo regime será transparente, o trabalhador poderá acompanhar e controlar diretamente a sua conta, que será capitalizada com juros de 3% ao ano.

O trabalhador do setor público terá regime de benefício definido, porque a Constituição estabelece que ele só pode se aposentar com o último salário. Mas serão criadas "alíquotas equânimes de contribuição". O empregador, no caso do servidor público, o Governo, contribuirá com a aposentadoria do funcionário até a parcela de R\$ 1.200. Acima disto o funcionário terá que arcar pessoalmente. Isto o levará a alíquotas maiores ou a tempo maior de trabalho.

Só após a aprovação da reforma da Previdência é que o projeto de lei de regulamentação irá para o Congresso. E ele é que trará todas estas novidades.

Mas nada será compulsório. O trabalhador poderá ficar no velho sistema, arcando no caso com o custo disto.

Esta é a parte que ainda não foi divulgada. Mas ontem o Governo anunciou uma série de outras medidas. Para efeito mais imediato, conta-se com a CPMF, a Cofins, e o recolhimento ao Tesouro de depósitos judiciais. Só esta última medida deve levar aos cofres R\$ 1,5 bilhão.

Ontem à tarde discutia-se no circuito Brasília-Washington se o novo encontro com o Fundo seria sexta ou sábado e se seria a vinda de uma missão, ou a ida de funcionários brasileiros.

Ontem, assim que os documentos chegaram ao FMI, as autoridades do Fundo emitiram notas de apoio.

Nas negociações, o acordo será fechado após a ida do Orçamento para o Congresso e a aprovação da reforma da Previdência. A previsão feita ontem na equipe econômica era de que tudo pode estar pronto até o fim da primeira quinzena de novembro. Aí o dinheiro do Fundo será liberado e ficará disponível para o Brasil.

■ ■ ■ ■ ■

• **O MINISTRO** Pedro Malan saiu do ministério ontem à uma e meia da manhã e às oito já estava no café da manhã com os líderes.

• **TODO ESTE** esforço valerá, tudo isto dará certo apenas se os juros caírem.

• **A CPMF**, que é provisória, terá uma elevação temporária.

• **O DÉFICIT NOMINAL** projetado será de 4% do PIB ano que vem, 2,5% no ano 2000 e 2% em 2001.

• **A EQUIPE** trabalha com a hipótese de que o fluxo externo será retomado para os países emergentes.

• **PARA CADA** real de contribuição do funcionário público, o país paga R\$ 7,5.

COM DIRCEU VIANA

E-mail para esta coluna: [paneco@oglobo.com.br](mailto:paneco@oglobo.com.br)